

<i>Agradecimentos</i> .....	IX
<i>Lista de siglas</i> .....	XI
<i>Índice das ilustrações</i> .....	XIX
<i>Prefácio</i> .....	XXI
<i>Apresentação</i> .....	XXXI
<i>Introdução: notas sobre o método</i> .....	1
O pragmatismo e sua aplicação ao direito .....	7
Os mecanismos de raciocínios: abdução, indução e dedução .....	13
O direito positivo enquanto discurso.....	17

## PARTE I

### SISTEMA JURÍDICO, POSTULADOS, PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS

1 SISTEMA JURÍDICO E CONSTITUIÇÃO: CONCEITO E IMPLICAÇÕES .....	21
1.1 Constituição e sistema .....	22
1.2 Sistema na teoria da comunicação e aplicação ao direito positivo .....	29
1.2.1 “Não se pode não se comunicar” e “ordem e informação na comunicação” .....	30
1.2.2 Os modais deônticos aplicados à lógica do sistema de comunicação .....	33
1.2.3 O direito positivo organizado de forma sistêmica e suas regras enquanto discurso racional. ....	35
1.2.4 Os modos de relações, reações e situações dos agentes comunicadores do discurso jurídico... ..	39
1.2.5 As relações do discurso jurídico-positivo enquanto sistema com seu meio: aprendizagem e equilíbrio sistêmico .....	51

2	POSTULADOS CONSTITUCIONAIS, APLICAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO.....	54
2.1	Postulados constitucionais.....	55
2.2	Aplicação e concretização da Constituição.....	63
3	PRINCÍPIOS E REGRAS NA CONSTITUIÇÃO. ALGUNS PRINCÍPIOS E REGRAS ESPECÍFICOS .....	70
3.1	Princípios constitucionais .....	70
3.2	Regras constitucionais .....	71
3.3	Alguns princípios que estruturam a ordem econômica na Constituição de 1988 .....	74
3.3.1	Princípio da livre iniciativa .....	76
3.3.2	Princípio da livre concorrência .....	79
3.3.3	Princípio da defesa do consumidor .....	81
3.3.4	Princípio da função social da propriedade ..	83
3.3.5	Repressão ao abuso do poder econômico....	86

## PARTE II

### **A CONCORRÊNCIA COMO INSTITUTO JURÍDICO E OS ACORDOS HORIZONTAIS: CARTÉIS**

4	BREVE HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO ANTITRUSTE..	89
4.1	Antecedentes .....	90
4.1.1	Formação de normas concorrenciais no Canadá.....	93
4.1.2	Formação de normas concorrenciais nos EUA.....	94
4.1.2.1	Casos julgados que influenciaram a formação de teorias econômicas.	97
4.1.2.2	As principais contribuições dos economistas .....	102

4.1.3	Formação de normas concorrenciais na Europa.....	103
4.1.4	Formação de normas concorrenciais no Brasil .....	105
4.2	A relação entre a disciplina de condutas com a de estruturas .....	110
4.3	O controle das condutas na teoria jurídica e na teoria econômica.....	112
4.3.1	A Escola de Harvard e a Escola de Chicago .....	112
4.3.2	Breves comentários sobre a Escola de Freiburg .....	118
4.3.3	A distinção entre a regra <i>per se</i> e a regra da razão e comentários às práticas de isenções e autorizações.....	119
4.4	O bem-estar social e o ilícito antitruste.....	124
5	CONTEXTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONDU- TA INFRATIVA À ORDEM ECONÔMICA NOS TER- MOS DA LEI N. 8.884/94.....	132
5.1	Mercado relevante.....	132
5.2	Poder de mercado.....	140
5.3	Barreiras à entrada e ausência de rivalidade con- correncial.....	144
5.4	A relação entre os princípios da livre iniciativa e livre concorrência no seu processo de concreti- zação normativa viabilizado pela Lei n. 8.884/94 ...	152
5.4.1	O nível de interação dos princípios: enun- ciados jurídicos.....	158
6	OS ACORDOS HORIZONTAIS: OS CARTÉIS E SUAS CONDIÇÕES .....	160
6.1	Práticas restritivas: os cartéis.....	162
6.1.1	Conceito.....	163
6.1.2	Condições para o sucesso do cartel (sob a pers- pectiva lógica dos agentes econômicos).....	170

6.1.3	Valoração das provas (sob a perspectiva lógica das autoridades antitruste).....	173
6.1.4	A avaliação do poder de mercado.....	175
6.1.5	O <i>price leadership</i> .....	179
6.1.6	O paralelismo de conduta .....	183
6.1.7	Os cartéis internacionais.....	189
6.1.8	O que são os cartéis internacionais <i>hardcore</i> ..	194
6.1.8.1	Prevalência, formação e identificação.....	199
6.1.9	Acordos de colaboração entre concorrentes...	207

### PARTE III

## A PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA E OS MEIOS DE COMBATE AOS CARTÉIS INTERNACIONAIS *HARDCORE*

7	NO PLANO INTERNACIONAL MULTILATERAL.....	215
7.1	A OCDE.....	218
7.1.1	Considerações sobre as <i>soft laws</i> .....	221
7.1.2	As Recomendações da OCDE .....	223
7.2	A UNCTAD .....	228
7.2.1	A concorrência na UNCTAD.....	230
7.3	A OMC.....	236
7.3.1	A concorrência na OMC.....	240
7.3.2	As propostas de atuação .....	242
7.4	A Rede Internacional de Concorrência (ICN).....	244
7.4.1	A ICN e os cartéis .....	250
8	NO PLANO BILATERAL, REGIONAL E NACIONAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	256
8.1	Os Acordos de Cooperação.....	260

8.1.1	A cortesia positiva e a cortesia negativa .....	262
8.2	Breves considerações sobre a concorrência no MERCOSUL.....	266
8.2.1	O MERCOSUL e o combate às condutas anticoncorrenciais.....	270
8.3	Panorama atual da política de combate aos cartéis <i>hardcore</i> no Brasil com a experiência internacional.....	272
8.3.1	A experiência brasileira com cooperação ....	273
8.3.1.1	A investigação do suposto cartel da lisina.....	274
8.3.1.2	A investigação do cartel das vitaminas.....	275
8.3.1.3	A investigação do suposto cartel do papel higiênico: caso nacional com cooperação internacional .....	278
8.3.2	Os acordos de leniência.....	279
8.3.2.1	Requisitos no Brasil .....	288
8.3.2.2	Outras implicações.....	292
8.3.2.3	O acordo de leniência e o termo de compromisso de cessação (TCC)...	294
8.3.3	Os problemas de natureza cultural e a modificação da atuação do SBDC.....	299
	<i>Considerações finais</i> .....	319
	<i>Bibliografia</i> .....	323